



MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, SC



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2023.

ENTIDADE: PREFEITURA.



APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

1 INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1 Natureza Jurídica da Entidade;
- 1.2 Domicílio da Entidade;
- 1.3 Natureza das operações e principais atividades da entidade;
- 1.4 Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis.

2 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

- 2.1 Bases de mensuração utilizadas;
- 2.2 Novas normas e políticas contábeis alteradas;
- 2.3 Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.

3 INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM QUE CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS

3.1 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

1. Regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado;
2. Período a que se refere o orçamento;
3. Entidades abrangidas;
4. Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante;
5. Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário);
6. Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário;
7. Atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária;
8. Procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente;
9. Detalhamento dos “recursos de exercícios anteriores” utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada;
- 10. Conciliação com os valores dos fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.2 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

11. Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas;



12. Retenções tributárias;
13. Restos a pagar processados e não processados.

3.3 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

14. Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo;
15. Imobilizado;
16. Intangível;
17. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo;
18. Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo, segregando as provisões para benefícios a empregados dos demais itens;
19. Componentes do patrimônio líquido, segregando o capital integralizado, resultados acumulados e quaisquer reservas;
20. Demais elementos patrimoniais, quando relevantes.

3.4 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

21. Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado, bem como as reversões de tais reduções;
22. Baixas de itens do ativo imobilizado;
23. Baixas de investimento;
24. Reestruturações das atividades da entidade e reversões de quaisquer provisões para gastos de reestruturação;
25. Unidades operacionais descontinuadas;
26. Constituição ou reversão de provisões;

3.5 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

27. Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais
28. Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento
29. Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de financiamento

3.6 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- 30 Resultados Acumulados;
- 31 Efeitos das alterações nas políticas contábeis ou correção de erros.

4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

- 4.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos;
- 4.2 Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas;
- 4.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro;
- 4.4 Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



1 INFORMAÇÕES GERAIS

Prefeito: Leonir Antônio Hentges

Vice-Prefeito (a): Oscar Barela

Microrregião: Microrregião do Oeste de Santa Catarina

Aniversário: 14/12

Habitantes: 6.036 (IBGE/2022)

Eleitores: 4.539 (TSE/2023)

PIB: 21.040,34 (IBGE/2021)

1.1 Natureza Jurídica da Entidade

O Município de Águas de Chapecó, SC, é pessoa jurídica de direito público, CNPJ 82.804.212/0001-96, com natureza jurídica 124-4 Município, na forma de Ente Federativo. O município iniciou suas atividades em 14 de dezembro de 1962.

1.2 Domicílio da Entidade

Tem sua sede em prédio próprio no endereço Rua Porto União, 968, Centro, Águas de Chapecó, CEP. 89.883-000, Estado de Santa Catarina.

1.3 Natureza das operações e principais atividades da entidade

A atividade econômica principal é Administração Pública em Geral, CNAE 84.11-6-00.

Fazem parte da sua estrutura Organizacional as Secretarias:

- Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças;
- Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
- Secretaria de Infraestrutura;
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo;
- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
- Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;
- Secretaria de Saúde;
- Secretaria de Assistência, Habitação e Promoção Social.

1.4 Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

DECLARAÇÃO PLENA

Com base na análise dos Demonstrativos Contábeis, DECLARO que os mesmos REFLETEM ADEQUADAMENTE a situação ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA e PATRIMONIAL.

- Não há Restrições de ordem Contábeis do exercício de 2023, considerando o GRAU DE RELEVÂNCIA e a MATERIALIDADE dos valores envolvidos;
- As Notas Explicativas acompanham as Demonstrações Contábeis e foram elaboradas buscando atender a legislação vigente;
- Todos os registros foram realizados com base em documentação de suporte ou na medida em que foram encaminhadas ao setor contábil e ou tomada o devido conhecimento por este.



2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

2.1 Bases de mensuração utilizadas

ATIVO

Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado. O Disponível contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em moeda nacional.

Direitos, créditos e valores a longo prazo

Os direitos, os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito prefixadas são ajustados a valor presente. Os direitos, os títulos de crédito pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Estoques

O custo de estoques abrange todos os custos de compra, conversão e outros custos incorridos referentes ao deslocamento, como impostos não recuperáveis, custos de transporte e outros, referente ao processo de produção.

Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. A Entidade Prefeitura possui ativo imobilizado com vida útil econômica limitada, e por isso se sujeita ao cálculo da depreciação.

Ativos obtidos a títulos gratuito devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.



Reconhecimento dos ativos

Em atendimento ao princípio da Oportunidade, as transações foram reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem e os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, foram efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência. Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser efetuados, considerando as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma. Para reconhecimento dos bens como ativos, ou baixa dos mesmos, foram consideradas necessárias às características de ser resultado de um evento passado, gerar benefício presente ou futuro, inerente a prestação de serviço público ou a exploração econômica, e, ser controlado.

Mensuração

Consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. Normalmente, o valor contábil abaixo do valor de mercado se deve a perda do poder aquisitivo da moeda desde a data da aquisição dos bens. Por sua vez, o valor contábil acima do valor de mercado, se deve ao não cálculo da depreciação, mantendo o ativo, sempre o valor original e não seu valor histórico. Em atendimento à orientação prevista nas normas, principalmente aos princípios do valor original e da continuidade, relativos ao assunto, A Entidade Prefeitura adotou, para fins de ajuste inicial, o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens que apresentavam valor contábil substancialmente superior ao seu valor justo, com base em pesquisa de mercado, considerando ainda a sua data de aquisição.

Depreciação

A Entidade Prefeitura adota o método de depreciação linear, com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e elaborada com base em pesquisa de mercado.

Redução do valor recuperável (impairment)

A Entidade Prefeitura adota as tratativas das NBCASP, e manterá o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

Redução a valor recuperável é o ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil. É o reconhecimento de uma perda dos benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço de um ativo, adicional e acima do reconhecimento sistemático das perdas de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço que se efetua normalmente.



Intangível

A Entidade Prefeitura não possui bens intangíveis em seu patrimônio.

PASSIVOS

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Obrigações

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As obrigações são ajustadas considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

A Entidade Prefeitura adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa, pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro, conforme orientações do TCE/SC.

Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras em observância ao regime de competência definido pelas NBCASP.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Quando o valor do Passivo for maior que o valor do ativo, o resultado é denominado Passivo a Descoberto. Neste caso, a expressão Patrimônio Líquido deve ser substituída por Passivo a Descoberto.

Ajustes de exercícios anteriores

No grupo do patrimônio líquido, a conta Ajustes de Exercício Anteriores é utilizada apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.



DEFINIÇÕES GERAIS

Registro da Receita Orçamentária

A política contábil da Entidade Prefeitura é o registro centralizado da receita orçamentária pelo princípio do caixa único. O regime contábil para o registro da receita é o regime de caixa.

Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extra orçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

2.2 Novas normas e políticas contábeis alteradas

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou em outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual. A regra é a primeira da área convergida às internacionalmente aceitas e vai nortear toda a contabilidade pública. Um dos principais pontos da norma é a definição da sociedade como usuária principal da informação contábil, o que facilitará a transparência e o controle social. A Entidade Prefeitura atende as exigências das NBCASPs vigentes, e busca acompanhar as novidades das novas normas e políticas contábeis previstas. O objetivo da Municipalidade é evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível permitindo a sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização o adequado entendimento, atendendo as Normas e a legislação vigente.

2.3 Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis

Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade Prefeitura fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

- a) a mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação foi realizada com dados comparáveis no mercado ou valor de reposição. Os bens de infraestrutura vêm sendo reconhecidos conforme estão sendo realizados.
- b) na determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, está definida no Manual de controle físico e contábil do patrimônio do Município. A tabela foi elaborada conforme vida útil estimada para cada classe de bens, de acordo com a realidade de uso e conservação dos bens da Entidade Prefeitura.
- c) as despesas pagas antecipadamente como seguros e assinaturas, são reconhecidas por competência e apropriadas mês a mês, 1/12 avos, até o término do prazo do direito.



- d) no ajuste para perdas prováveis dos valores inscritos em dívida ativa e créditos a receber, foi utilizada a média de recebimento dos últimos três anos em relação a inscrição, o que demonstrará o comportamento da dívida ativa.
- e) as provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificadas como passivo contingente ou como passivo exigível. A análise é realizada pelo setor jurídico da Prefeitura.
- f) Reconhecido e mantido o controle de estoque, na conta de almoxarifado da entidade. O estoque é mensurado e registrado pelo valor de entrada.
- g) As despesas por regime de adiantamento, são reconhecidas a conta de suprimento de fundos, com base na lei municipal, registro da responsabilidade no ativo e em contas de controle.
- h) O reconhecimento de despesa com férias e encargos, por competência, é realizado, para correta demonstração dos passivos, com base no valor atualizado dos compromissos.
- i) Os contratos de rateio de consórcios públicos, são reconhecidos a conta do passivo patrimonial e a contas de controle, com registro de prestação de contas.

3 INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM QUE CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS

Notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP. São consideradas parte integrante das demonstrações.

Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas.

Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis consolidadas deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos no sistema informatizado da Entidade Prefeitura. São compostas pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial, e também pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a



Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Desde a adoção do novo PCASP, em 2015, foi realizado grande esforço da equipe técnica, para implantação de controles e procedimentos contábeis, entre eles, estão: a reavaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis); registro contábil da depreciação; apropriação de despesas pagas antecipadamente; e o controle de estoque.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Nas Notas Explicativas estão incluídos os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Sempre que possível, as informações apresentadas nesta prestação de contas são descritas em linguagem clara e acessível, de maneira que todos possam compreender como foram utilizados os recursos públicos no período. O objetivo principal dessa ação não é o de somente cumprir uma obrigação legal, mas o de oportunizar e ampliar os canais de comunicação entre a população e o Governo Municipal, transformando dados complexos em informações compreensíveis. Desse modo, queremos dinamizar o controle social para propiciar que a sociedade esteja mais ciente das ações do Governo Municipal.

A missão cabe ao Setor de Contabilidade, responsável por organizar e consolidar os dados contábeis, oriundos do sistema informatizado de contabilidade e dos atos de gestão do Governo Municipal. A contabilidade atua como o interlocutor entre o poder público e a sociedade. Assim, transforma os dados em informações úteis tanto para a tomada de decisões dos gestores públicos como para os cidadãos, de tal maneira que estes possam acompanhar a arrecadação e as despesas do Governo.

Esse papel se revela fundamental para a promoção da cidadania plena. Acreditamos que ela só será atingida quando gestores e administrados tiverem posições simétricas relativas às informações advindas do setor público. Em outras palavras, quando um número deixar de ser somente um número e fornecer uma perspectiva de análise e julgamento da ação governamental.

Seguindo o propósito de aperfeiçoamento contínuo e de maior transparência e qualidade na prestação de contas do Governo Municipal, o Setor de Contabilidade não tem medido esforços a fim de aderir às boas práticas de transparência contábil, atendendo os preceitos da Lei Federal Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, disponibilizando informações na página do sitio oficial do Município.



3.1 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A NBC TSP 13, trata da apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. A Lei nº 4.320/1964, prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe, que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Desta forma, apresenta-se a seguir, as Notas Explicativas do Balanço Orçamentário, compatibilizando as disposições do MCASP, da Lei nº 4.320/64, NBC TSP 11, NBC TSP 13 e a legislação aplicável.

1. Regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado

Para a contabilização da execução do Orçamento, são utilizados os regimes de caixa para a execução das receitas e o de competência para as despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei nº 4.320/64, de forma integrada com os princípios contábeis.

2. Período a que se refere o orçamento

Trata-se do Balanço Orçamentário do exercício de 2023.

3. Entidades abrangidas

Entidade Prefeitura.

4. Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante

Não houve receitas e despesas intraorçamentárias, apenas transferências intraorçamentárias.

5. Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário)

Despesas	Fixação	Atualizada	Empenhada
Créditos Orçamentários e Suplementares	26.729.080,00	34.661.319,41	28.149.213,83
Créditos Especiais	0,00	579.278,85	564.816,15
Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Total	26.729.080,00	35.240.598,26	28.714.029,98

6. Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário

Em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. Essa situação também pode ser causada pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, caso em que esses créditos serão reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro em referência, nos termos da CF/88. Esse desequilíbrio ocorre porque o superávit financeiro de



exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte da receita orçamentária do Balanço Orçamentário que integra o cálculo do resultado orçamentário. O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi em exercício anterior, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior. Esse desequilíbrio também ocorre pela reabertura de créditos adicionais porque aumentam a despesa fixada sem necessidade de nova arrecadação. Tanto o superávit financeiro utilizado quanto a reabertura de créditos adicionais estão detalhados no campo Saldo de Exercícios Anteriores, do Balanço Orçamentário. Dessa forma, no momento inicial da execução orçamentária, tem-se, em geral, o equilíbrio entre receita prevista e despesa fixada. No entanto, iniciada a execução do orçamento, quando há superávit financeiro de exercícios anteriores, tem-se um recurso disponível para abertura de créditos para as despesas não fixadas ou não totalmente contempladas pela lei orçamentária. A entidade pode ter como resultado orçamentário do exercício o déficit, desde que totalmente coberto pelo superávit do exercício anterior.

Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário			
Dotação Inicial	Créditos abertos Superávit	Reabertura de créditos especiais e extraordinários	%
26.729.080,00	3.838.074,69	0,00	14,36

7. Atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária

Não foram realizadas atualizações da previsão da receita durante o exercício de 2023.

8. Procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente

Conforme previsto no MCASP, os Restos a Pagar Não Processados Liquidados, nos procedimentos de encerramento do exercício, devem ser transferidos para a conta de Restos a Pagar Processados. O TCE/SC, possui eventos contábeis específicos que padronizam os lançamentos contábeis para a “transferência da conta restos a pagar não processados liquidados a pagar para a conta restos a pagar processados a pagar” e para “transferência de RP não processados inscritos para restos de exercícios anteriores”.

9. Detalhamento dos “recursos de exercícios anteriores” utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada.



Abertura de Créditos por Superávit Financeiro do Exercício Anterior		
Vínculo	Descrição Vínculo	Superávit
2500	Recursos Não Vinculados de Impostos	661.823,03
2501	Outros Recursos Não Vinculados	235.595,42
Total Tipo: Ordinário		897.418,45
Vínculo	Descrição Vínculo	Superávit
2540 – 1070	Transferência do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos	15.358,72
2550	Transferência do Salário Educação	173.809,85
2551	Superavit Financeiro Exercício Anterior PDDE	248,66
2553	Superavit Financeiro Exercício Anterior PNATE	21.262,58
2571	Transferências do Estado Referente a Convênio e Instrumentos Congêneres Vinculados à Educação	84.722,23
2660	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	74.994,28
2661	Transferências de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	101.553,00
2700	Superávit - Transf. União Outros	25.351,85
2701	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres dos Estados	742.742,58
2704	Transferências da União Referente a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	368.198,08
2710 – 3210	Transferências Especiais dos Estados	1.020.000,00
2750	Superavit Contribuição - CIDE	266,98
2752 -7004	Superavit Convênio Trânsito - Militar	32.622,47
2752 -7005	Superavit Convênio Trânsito - Civil	8.296,82
2752 -7006	Superavit Convênio Trânsito - Prefeitura	19.598,12
2755-2089	Superavit Alienações de Bens	152.828,62
2759-7003	Superavit Fundo do Idoso Imposto de Renda	98.801,40
Total Tipo: Vinculado		2.940.656,24
Total Geral		3.838.074,69

10. Conciliação com os valores dos fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Conciliação do Balanço Orçamentário com os valores dos Fluxos de Caixa Líquidos			
Balanço Orçamentário		DFC	
Receitas Realizadas(I)	35.094.647,29	Fluxo De Caixa Líquido Das Atividades Operacionais (I)	3.564.720,14
Despesas Pagas(II)	(26.317.085,19)	Fluxo De Caixa Líquido Das Atividades De Investimento (II)	(5.181.437,48)
Restos a Pagar Proc. e Não Proc. Liquidado Pagos (III)	(1.012.237,40)	Fluxo De Caixa Líquido Das Atividades De Financiamento (III)	2.399.972,91
Restos A Pagar Não Processados Pagos (IV)	(474.928,34)		
Transferências concedidas	(7.050.183,38)		
Transferências recebidas	510.324,73		
Total = (I-II-III-IV)	750.537,71	Geração Líquida De Caixa E Equiv. De Caixa Iv = (I+II+III)	783.255,57



3.2 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

O objetivo principal do Balanço Financeiro é evidenciar todas as movimentações financeiras de entradas e saídas que impactam o caixa e equivalentes de caixa em um exercício financeiro, possibilitando assim, a apuração do resultado financeiro do exercício. Isso não deve ser confundido com a apuração do Superávit ou Déficit Financeiro, visto que, tal informação é evidenciada pelo Balanço Patrimonial. Algumas operações podem interferir na elaboração do Balanço Financeiro. Sempre que a utilização de um procedimento afetar o resultado financeiro apurado neste demonstrativo, tal procedimento estará evidenciado em notas explicativas.

11. Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

Não houve receitas e despesas intraorçamentárias, apenas transferências intraorçamentárias:

Entidade concedente	Entidade recebedora	Valor	Finalidade
Prefeitura	Fundo Municipal de Saúde	5.534.308,99	Manutenção de todas as atividades da Entidade
Prefeitura	Câmara Municipal de Vereadores	1.515.874,39	Manutenção de todas as atividades da Entidade
Câmara Municipal de Vereadores	Prefeitura	510.324,73	Devolução de duodécimo

12. Retenções tributárias

A Entidade Prefeitura adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa, pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro, conforme orientações do TCE/SC.

13. Restos a pagar processados e não processados

O exercício de 2023 iniciou com um montante de R\$ 1.740.643,30, em restos a pagar não processados a liquidar do exercício anterior, e R\$ 24.866,14, de exercícios anteriores. Destes, R\$ 1.012.237,40, foram liquidados e pagos, e R\$ 685.089,19 cancelados, permanecendo um saldo de R\$ 68.182,85.

O exercício de 2023, iniciou com um montante de R\$ 474.928,34, em restos a pagar processados a liquidar do exercício anterior, e R\$ 4.234,95, de exercícios anteriores. Destes, R\$ 474.928,34, foram liquidados e pagos, permanecendo um saldo de R\$ 4.234,95.



3.3 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial 14 é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). A estrutura do BP deve atender ao disposto na Lei nº 4.320/64 e, aos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. O Balanço Patrimonial deverá ser acompanhado de notas explicativas em função da dimensão, da natureza e função dos valores envolvidos nos ativos e passivos, as quais apresenta-se a seguir:

14. Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo

Créditos a Curto Prazo

1.1.2	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	443.017,89
1.1.2.1	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	443.017,89
1.1.2.1.1.00.00.01	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - CONSOLIDAÇÃO	443.017,89
1.1.2.1.1.00.00.01.00.000001	IPTU	17.215,75
1.1.2.1.1.00.00.01.00.000002	TAXAS DE ALVARA	310.815,07
1.1.2.1.1.00.00.01.00.000003	ISS	47.625,75
1.1.2.1.1.00.00.01.00.000004	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER DIVERSOS	67.361,32
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	554.069,80
1.1.3.4.1	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO - CONSOLIDAÇÃO	554.069,80
1.1.3.4.1.01.00.00.00.000001	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO DECORRENTES DE CRÉDITOS ADMINISTRATIVOS	92.693,63
1.1.3.4.1.02.00.15	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO APURADOS EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	9.415,02
1.1.3.4.1.04	CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE PAGAMENTOS SEM RESPALDO ORÇAMENTÁRIO	451.961,15
1.1.3.4.1.04.00.00.00.000001	CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE PAGAMENTOS SEM RESPALDO ORÇAMENTÁRIO	451.961,15

Os créditos tributários (receita lançada) a receber registraram valores durante o exercício de 2023, relativos a tributos dos quais o fato gerador já ocorreu, e tem fundamento legal em lei municipal. Em específico, tratam-se de receita de Impostos, Taxas e Contribuições, com vencimento no ano seguinte, e por esse motivo, não foram inscritos em dívida ativa.

CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO

A conta créditos por danos ao patrimônio, refere-se a direito reconhecido contra terceiros pelo ato de desvio de recursos públicos. Em 2019, foi instaurado e concluído um processo de Tomada de Contas Especial 01/2019, Portaria Municipal nº 140/2019. A TC 01/2019 foi encaminhada ao TCE para julgamento no mês de dezembro de 2019. Os saldos do dano aos cofres públicos, apurados,



estão atualizados nas contas do ativo e das contas de controle das máscaras 7 e 8., conforme dados a seguir:

O Órgão de Controle Interno realizou em 2018, procedimento de abertura de Auditoria nº 06/2018, com a finalidade de apurar fatos e registros ocorridos de forma irregulares no decorrer dos exercícios de 2017/2018, relacionados a receitas e despesas públicas, bem como, analisar as movimentações financeiras das contas municipais. Os achados evidenciaram nos registros das arrecadações de receitas de transferências nos exercícios de 2017 e 2018, divergências entre extratos bancários e razão contábil, registros de transferências financeiras omitidas e fraudadas, alteração de documentos e desvios de recursos públicos no setor de tesouraria da municipalidade. Os apontamentos foram encaminhados ao Prefeito Municipal, o qual de imediato comunicou a Polícia Civil e Federal, Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

O Poder Executivo municipal também moveu Ação Civil de Improbidade Administrativa (autos nº 0300014-21.2019.8.24.0059) em desfavor da então responsável pelo Setor de Tesouraria à época. Ressalta-se que após a comunicação realizada ao Tribunal de Contas, este órgão passou a acompanhar a situação, e determinou a realização de Tomada de Contas Especial. Ainda, em relação aos registros contábeis, o Tribunal de Contas, após consulta realizada orientou o Setor de Contabilidade, tendo em vista o encerramento do exercício de 2018, a realizar o reconhecimento da receita, das deduções e da responsabilidade.

A decisão do Processo @TCE 20/00204044, pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, foi em 2022, conforme Acórdão n.: 98/2022.

Créditos a Longo Prazo

1.2.1.1	CRÉDITOS A LONGO PRAZO	91.408,31
1.2.1.1.1	CRÉDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	91.408,31
1.2.1.1.1.04	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	17.574.445,03
1.2.1.1.1.04.00.00.00.000001	DIVIDA ATIVA IPTU	276.952,20
1.2.1.1.1.04.00.00.00.000002	DIVIDA ATIVA ISS	16.091.028,06
1.2.1.1.1.04.00.00.00.000003	DIVIDA ATIVA OUTROS TRIBUTOS	1.206.464,77
1.2.1.1.1.05	DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	1.759.171,98
1.2.1.1.1.99	(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	-19.242.208,70
1.2.1.1.1.99.01	(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	-128.046,63
1.2.1.1.1.99.04	(-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	-17.369.591,21
1.2.1.1.1.99.05	(-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	-1.744.570,86



A Prefeitura mantém a dívida ativa registrada apenas em longo prazo. A dívida ativa se subdivide em tributária e não tributária. Os créditos da dívida ativa são controlados pelo setor tributário do Município. As execuções fiscais são controladas pelo setor jurídico do Município.

Os créditos inscritos em dívida ativa em geral, embora gozem de prerrogativas jurídicas para sua cobrança, apresentam significativa probabilidade de não realização em função de cancelamentos, prescrições, ações judiciais, entre outros. A escolha da metodologia teve o objetivo de melhor retratar a expectativa de recebimento dos créditos inscritos, tendo em vista a diversidade da origem dos créditos e dos graus de estruturação das atividades de cobrança. A mensuração do valor do ajuste para perdas, foi baseada em estudos do setor de tributos, qualificando os créditos inscritos, e buscando não superestimar e nem subavaliar o patrimônio real do Município.

O cálculo do ajuste da perda da dívida ativa foi realizado tomando por base, o comportamento da dívida ativa, dos três últimos exercícios e da receita da dívida ativa, conforme relatório do Setor de Tributos.

Assim, o ajuste de perdas da dívida ativa, foi atualizado ao final do exercício de 2023, em conta redutora do ativo e variação patrimonial diminutiva.

Memória de Cálculo para Ajuste de Perda

Memória de Cálculo para Ajuste de Perda (Dívida Ativa Tributária)				
CONTAS	2021	2022	2023	MÉDIA
RECEITAS	220.712,46	258.749,38	163.951,49	214.471,11
ESTOQUE D.A.	23.287.763,19	23.274.422,43	17.574.445,03	21.378.876,88
Ajuste para Perda %				99,00%

Memória de Cálculo para Ajuste de Perda (Dívida Ativa Não Tributária)				
CONTAS	2021	2022	2023	MÉDIA
RECEITAS	10.287,96	4.521,00	28.948,19	14.585,72
ESTOQUE D.A.	1.758.586,12	1.774.312,72	1.759.171,98	1.764.023,61
Ajuste para Perda %				99,17%

*D.A. TRIB. 2020	15.881.635,71
*D.A. NÃO TRIB 2020	769.126,19

Memória de Cálculo para Ajuste de Perda (Créditos Tributários)				
CONTAS	2021	2022	2023	MÉDIA
RECEITAS	1.218.032,56	1.338.903,59	1.607.451,32	1.388.129,16



VARIAÇÃO ESTOQUE D.A	7.406.127,48	-	13.340,76	-	5.699.977,40	564.269,77
Ajuste para Perda %						28,90%

Memória de Cálculo para Ajuste de Perda (Créditos não Tributários)					
CONTAS	2021	2022	2023	MÉDIA	
RECEITAS	138.796,27	131.387,94	236.443,69	168.875,97	
VARIAÇÃO ESTOQUE D.A.	989.459,93	15.726,60	-	15.140,74	330.015,26
Ajuste para Perda %					66,15%

	2023	Perda %	Ajuste de Perda 2023
Dívida Ativa Tributária	17.574.445,03	99,00%	17.398.139,66
Dívida Ativa Não Tributária	1.759.171,98	99,17%	1.744.626,38
Créditos Tributários	443.017,89	28,90%	128.038,18
Créditos Não Tributários	-	66,15%	-

15. Imobilizado

O ativo imobilizado, atende aos tratamentos contábeis das entidades do setor público, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam analisar informações consistentes acerca deste item do ativo não circulante. A norma utilizada para contabilização do ativo imobilizado é a (NBC TSP) – 07 – Ativo Imobilizado. O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é inicialmente mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

Os registros são realizados em sistema informatizado do patrimônio, com cadastramento dos itens adquiridos, tomando por base, as informações dos documentos fiscais, empenhos, contratos e outros. Para cada item, é fixado uma etiqueta de patrimônio, para controle de ordem sequencial da quantidade.

O ativo imobilizado é reconhecido e mantém vida útil econômica limitada, e por isso se sujeita ao cálculo da depreciação, que é realizado e contabilizado mensalmente. As contas patrimoniais mantêm coerência com as contas contábeis conforme PCASP.

A seguir, apresenta-se a tabela de depreciação adotada pela Entidade Prefeitura:



MASCARA	DESCRIÇÃO	VIDA UTIL	VALOR RESIDUAL
1.2.3.1.1.01.00	Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas		
1.2.3.1.1.01.01	Aparelhos de medição e orientação	10	5
1.2.3.1.1.01.02	Aparelhos e equipamentos de comunicação	5	5
1.2.3.1.1.01.03	Apar., equip. Utens. Médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	10	5
1.2.3.1.1.01.04	Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões	8	2
1.2.3.1.1.01.05	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	5
1.2.3.1.1.01.06	Máquinas e equipamentos industriais	15	20
1.2.3.1.1.01.07	Máquinas e equipamentos energéticos	10	20
1.2.3.1.1.01.08	Máquinas e equipamentos gráficos	10	10
1.2.3.1.1.01.09	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	20
1.2.3.1.1.01.10	Equipamentos de montaria	10	5
1.2.3.1.1.01.12	Equipamentos, peças e acessórios para automóveis	8	5
1.2.3.1.1.01.16	Equipamentos de mergulho e salvamento	5	5
1.2.3.1.1.01.18	Equipamentos de proteção e vigilância ambiental	10	10
1.2.3.1.1.01.19	Máquinas, equipamentos e utensílios agropecuários	10	20
1.2.3.1.1.01.20	Máquinas, equipamentos e utensílios rodoviários	20	30
1.2.3.1.1.01.21	Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10
1.2.3.1.1.01.99	Outras máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	10	10
1.2.3.1.1.02.00	Bens de informática		
1.2.3.1.1.02.01	Equipamentos de processamento de dados	5	5
1.2.3.1.1.02.02	Equipamentos de tecnologia da informação	5	5
1.2.3.1.1.02.03	Sistemas aplicativos - softwares	5	5
1.2.3.1.1.03.00	Móveis e utensílios		
1.2.3.1.1.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	8	5
1.2.3.1.1.03.02	Máquinas e utensílios de escritório	10	5
1.2.3.1.1.03.03	Mobiliário em geral	10	10
1.2.3.1.1.03.04	Utensílios em geral	10	10
1.2.3.1.1.04.00	Materiais culturais, educacionais e de comunicação		
1.2.3.1.1.04.01	Bandeiras, flâmulas e insígnias	5	5
1.2.3.1.1.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	5	5
1.2.3.1.1.04.03	Discotecas e filmotecas	5	5
1.2.3.1.1.04.04	Instrumentos musicais e artísticos	10	5
1.2.3.1.1.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	5	5
1.2.3.1.1.04.06	Obras de arte e peças para exposição	0	100
1.2.3.1.1.04.99	Outros materiais culturais, educacionais e de comunicação	10	10
1.2.3.1.1.05.00	Veículos		



1.2.3.1.1.05.01	Veículos em geral	8	20
1.2.3.1.1.08.00	Bens móveis em almoxarifado		
1.2.3.1.1.08.05	Bens móveis inservíveis	0	5
1.2.3.2.0.00.00	Bens imóveis		
1.2.3.2.1.00.00	Bens imóveis - consolidação		
1.2.3.2.1.01.00	Bens de uso especial		
1.2.3.2.1.01.03	Edifícios	35	50

Apresenta-se a seguir, as contas e valores, que compõe o patrimônio imobilizado e a saldo da depreciação acumulada:

1.2.3	IMOBILIZADO	37.547.916,95
1.2.3.1	BENS MÓVEIS	12.789.301,86
1.2.3.1.1	BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	12.789.301,86
1.2.3.1.1.01	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	5.914.355,78
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	54.165,61
1.2.3.1.1.01.03	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES	15.518,49
1.2.3.1.1.01.04	APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSÕES	333.777,44
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	16.635,25
1.2.3.1.1.01.06	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	3.700,00
1.2.3.1.1.01.07	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	16.740,59
1.2.3.1.1.01.09	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	47.662,93
1.2.3.1.1.01.12	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	194.624,73
1.2.3.1.1.01.19	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS AGROPECUÁRIOS	1.181.038,35
1.2.3.1.1.01.20	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS RODOVIÁRIOS	3.895.172,50
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	18.251,93
1.2.3.1.1.01.99	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	137.067,96
1.2.3.1.1.01.99.01	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	137.067,96
1.2.3.1.1.01.99.01.00.000001	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS E FERRAMENTAS	42.556,62
1.2.3.1.1.01.99.01.00.000002	APARELHOS	9.428,00
1.2.3.1.1.01.99.01.00.000004	EQUIPAMENTOS DIVERSOS	81.425,12
1.2.3.1.1.01.99.01.00.000005	UTENSÍLIOS	3.658,22
1.2.3.1.1.02	BENS DE INFORMÁTICA	985.874,63
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	847.935,99
1.2.3.1.1.02.01.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	847.935,99



1.2.3.1.1.02.01.01.00.000001	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	842.354,42
1.2.3.1.1.02.01.01.00.000002	PERIFÉRICOS DE INFORMÁTICA	5.581,57
1.2.3.1.1.02.02	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	137.938,64
1.2.3.1.1.03	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	1.573.505,99
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	268.341,11
1.2.3.1.1.03.02	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	9.678,73
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL	531.633,76
1.2.3.1.1.03.04	UTENSÍLIOS EM GERAL	763.852,39
1.2.3.1.1.04	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	100.605,55
1.2.3.1.1.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	5.211,34
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	87.343,53
1.2.3.1.1.04.06	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	5.593,68
1.2.3.1.1.04.99	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	2.457,00
1.2.3.1.1.05	VEÍCULOS	4.200.231,59
1.2.3.1.1.05.01	VEÍCULOS EM GERAL	1.306.940,72
1.2.3.1.1.05.03	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	2.893.290,87
1.2.3.1.1.99	DEMAIS BENS MÓVEIS	14.728,32
1.2.3.1.1.99.99	OUTROS BENS MÓVEIS	14.728,32
1.2.3.1.1.99.99.02	OUTROS BENS MÓVEIS	14.728,32
1.2.3.2	BENS IMÓVEIS	28.931.625,52
1.2.3.2.1	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	28.931.625,52
1.2.3.2.1.01	BENS DE USO ESPECIAL	18.088.836,87
1.2.3.2.1.01.03	EDIFÍCIOS	13.931.579,71
1.2.3.2.1.01.03.01	EDIFÍCIOS	13.931.579,71
1.2.3.2.1.01.04	TERRENOS/GLEBAS	2.908.164,10
1.2.3.2.1.01.04.03	TERRENOS/GLEBAS	2.908.164,10
1.2.3.2.1.01.05	ARMAZÉNS/GALPÕES	2.857,37
1.2.3.2.1.01.11	IMÓVEIS DE USO RECREATIVO	116.314,33
1.2.3.2.1.01.98	OUTROS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	1.129.921,36
1.2.3.2.1.05	BENS DE USO COMUM DO POVO	5.483.558,02
1.2.3.2.1.05.01	RUAS	2.988.521,20
1.2.3.2.1.05.03	ESTRADAS	1.985.101,62
1.2.3.2.1.05.07	SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA	4.597,10
1.2.3.2.1.05.99	OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO	505.338,10
1.2.3.2.1.06	BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	1.964.427,10
1.2.3.2.1.06.01	OBRAS EM ANDAMENTO	1.964.427,10
1.2.3.2.1.06.01.01	OBRAS EM ANDAMENTO	1.964.427,10
1.2.3.2.1.06.01.01.00.000001	OBRAS EM ANDAMENTO	1.964.427,10
1.2.3.2.1.99	DEMAIS BENS IMÓVEIS	3.394.803,53



1.2.3.2.1.99.99	OUTROS BENS IMÓVEIS	3.394.803,53
1.2.3.8	(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-4.173.010,43
1.2.3.8.1	(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	-4.173.010,43
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA BENS MÓVEIS	-2.985.311,76
1.2.3.8.1.01.01	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	-1.244.291,86
1.2.3.8.1.01.02	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	-273.263,72
1.2.3.8.1.01.03	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	-115.153,39
1.2.3.8.1.01.04	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	-44.084,64
1.2.3.8.1.01.05	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	-1.269.675,14
1.2.3.8.1.01.99	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	-38.843,01
1.2.3.8.1.02	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA BENS IMÓVEIS	-1.187.698,67
1.2.3.8.1.02.01	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS DE USO ESPECIAL	-362.924,74
1.2.3.8.1.02.02	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS DOMINICAIS	-122,56
1.2.3.8.1.02.03	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS DE USO COMUM DO POVO	-57.939,59
1.2.3.8.1.02.99	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS IMÓVEIS	-766.711,78

16. Intangível

A Entidade Prefeitura não possui intangíveis em 31 de dezembro de 2023.

17. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo, da Entidade Prefeitura somaram R\$ 989.981,80, no final do exercício de 2023, referente a férias reconhecidas por competência e encargos sociais. O reconhecimento de despesas por competência, é exigência das NBCASP, e necessária para a correta demonstração do patrimônio da Entidade Prefeitura.

Durante o exercício, é realizado também o controle e apropriação por competência, das despesas com 13º salários e seus encargos previdenciários, sendo essas obrigações, quitadas ao final do exercício.

A Entidade Prefeitura não possui Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo.

18. Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo, segregando as provisões para benefícios a empregados dos demais itens

A Entidade Prefeitura não possui provisões em 31 de dezembro de 2023.



19. Componentes do patrimônio líquido, segregando o capital integralizado, resultados acumulados e quaisquer reservas

2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-35.572.906,04
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS	-35.572.906,04
2.3.7.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-35.572.906,04
2.3.7.1.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	62.692.251,42
2.3.7.1.1.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	34.093.247,62
2.3.7.1.1.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	28.599.003,80
2.3.7.1.2	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	40.139.513,00
2.3.7.1.2.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	6.539.858,65
2.3.7.1.2.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	33.599.654,35
2.3.7.1.3	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	-85.527.177,21
2.3.7.1.3.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-13.196.767,41
2.3.7.1.3.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-72.330.409,80
2.3.7.1.4	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO	-52.811.273,38
2.3.7.1.4.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-11.195.440,35
2.3.7.1.4.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-41.615.833,03
2.3.7.1.5	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	-66.219,87
2.3.7.1.5.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-66.219,87

O patrimônio líquido acumulado refere-se aos resultados acumulados desde a criação da Entidade Prefeitura. O patrimônio líquido recebe valores no encerramento do exercício referente variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e as transferências financeiras concedidas e recebidas, envolvendo operações no nível de consolidação, Intra OFSS, Inter OFSS União, Inter OFSS Estado e Inter OFSS Municípios.

Não houve ajustes de exercícios anteriores em 2023.

Não houve constituição ou reversão de reservas.

20. Demais elementos patrimoniais, quando relevantes.

Os Títulos e valores imobiliários, reflete o direito em ações da participação do Município nas Entidades Telesc (valores não atualizados) e CIA. Hidromineral do Oeste Catarinense.

1.1.4	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	530.786,00
1.1.4.1.1.02.	TELESC	50,00



1.1.4.1.1.02	CIA. HIDROMINERAL DO OESTE CATARINENSE	530.736,00
--------------	--	------------

O Município reconhece e controla as variações patrimoniais pagas antecipadamente, em atendimento ao princípio da competência e NBCASP.

1.1.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	102.316,17
1.1.9.1.1.99	VPD Paga Antecipadamente -Outros Prêmios de Seguros a Apropriar	102.316,17

O Município possui operações de crédito, em curto e longo prazos, junto à instituição financeira Caixa Econômica Federal, contrato 2623.503.199-40 para realização de obras de qualificação viária com encargos máximos de 6% ao ano, acrescido de taxa de administração anual de 2% e taxa de risco de 1%, e contrato 61285275 no âmbito do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA, com taxa de juros de 136,29% a.a + CDI.

2.1.2	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	-350.120,16
2.1.2.1	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	-16.332,36
2.1.2.1.3.02.01	CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS	-16.332,36
2.1.2.5	JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	-333.787,80
2.1.2.5.3.01	JUROS DE CONTRATOS - EMPRÉSTIMOS INTERNOS	-325.482,92
2.1.2.5.3.02	ENCARGOS - EMPRÉSTIMOS INTERNOS	-8.304,88
2.2.2	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	-8.630.358,76
2.2.2.1	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	-8.516.711,07
2.2.2.1.3.02.98	OUTROS CONTRATOS - EMPRÉSTIMOS INTERNOS	-7.666.961,07
2.2.2.1.4.02.98	OUTROS CONTRATOS - EMPRÉSTIMOS INTERNOS	-849.750,00
2.2.2.5	JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - INTERNO	-113.647,69
2.2.2.5.3.01.02	JUROS DE CONTRATOS - EMPRÉSTIMOS INTERNOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-113.647,69

Não há outras informações julgadas relevantes para evidenciação.

3.4 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), evidenciam as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício. A DVP está acompanhada de notas explicativas, as quais apresenta-se a seguir:



21. Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado, bem como as reversões de tais reduções

Em 2023 não houve redução ao valor recuperável no ativo imobilizado.

22. Baixas de itens do ativo imobilizado

Durante o ano de 2023, houve apenas a transferência de bens entre as Unidades Gestoras do Orçamento no valor de R\$ 32,94.

Foi realizado leilão, porém as baixas não se efetivaram em 2023.

23. Baixas de investimento

Não houve baixa de investimentos, no exercício de 2023.

24. Reestruturações das atividades da entidade e reversões de quaisquer provisões para gastos de reestruturação

Não houve reestruturação das atividades da entidade ou reversão de provisões em 2023.

25. Unidades operacionais descontinuadas

Não houve descontinuidade de unidades operacionais em 2023.

26. Constituição ou reversão de provisões

Não houve constituição ou reversão de provisões em 2023.

3.5 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. A DFC está acompanhada de notas explicativas, as quais apresenta-se a seguir:

Tipo de Fluxo	2023	2022	Varição
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	3.564.720,14	6.977.279,25	(3.412.559,11)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(5.181.437,48)	(6.375.764,79)	1.194.327,31
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	2.399.972,91	(47.702,86)	2.447.675,77



27. Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, que compreende os ingressos e os desembolsos relacionados com a ação operacional da entidade, obteve resultado de R\$ 3.564.720,14, ou seja, variação negativa no montante de R\$ 3.412.559,11, em relação a 2022, o que representou redução da capacidade de pagamento da entidade de um exercício para outro, nesta atividade.

28. Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos. A variação foi positiva em R\$ 1.194.327,31, de 2022 para 2023, o que representa aumento do capital circulante líquido da Prefeitura nesse período.

29. Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

Os ingressos e desembolsos classificáveis como Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento em 2023, obtiveram resultado positivo de R\$ 2.399.972,91. Houve aumento do capital circulante líquido da entidade, uma vez que a variação foi positiva em R\$ 2.447.675,77, quando comparado com o ano anterior.

Retenções

A Entidade Prefeitura adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa, pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro, conforme orientações do TCE/SC.

3.6 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período.

A DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.

30 Resultados Acumulados

Variações Patrimoniais do Exercício	
Variações Patrimoniais Diminutivas	50.405.931,07
Variações Patrimoniais Aumentativas	- 34.676.442,98
Total	15.729.488,09



Resultado Acumulado	
Patrimônio Líquido Inicial	- 51.302.394,13
Resultado do Exercício	15.729.488,09
Patrimônio Líquido Final	- 35.572.906,04

31 Efeitos das alterações nas políticas contábeis ou correção de erros

Em 2023, não houve ajustes de exercícios anteriores, em função de alterações nas políticas contábeis ou correção de erros.

4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

4.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

A Entidade Prefeitura não possui passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos.

4.2 Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

4.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

4.4 Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro

Em 2023, não foram realizados ajustes de exercícios anteriores na Entidade Prefeitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas atendendo a Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1.964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme exigências do Tribunal de Contas de Santa Catarina, TCE/SC.

Águas de Chapecó, SC 27 de fevereiro de 2024.

Silmara Meyer Lemes Da Silva
Contadora
CRC SC 031582/O-6

Leonir Antonio Hentges
Prefeito